

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2005 – JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se de pedido de impugnação ao edital de Pregão Presencial nº 40/2005, formalizado pela empresa JOSÉ ANTONIO JACCOB – ME, face a última alteração do Edital, mais precisamente no que se refere a alínea “g”, do item 1, da Cláusula V, que prescreve garantia plena e sem ressalvas.

Primeiramente, há que se considerar que o artigo 41, § 2º da lei nº 8.666/93 e o item 7 da Cláusula XIV do Edital do Pregão Presencial nº 40/2005, prescrevem que a impugnação do Edital deverá ser feita em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.

Nota-se que a impugnante apresentou sua Impugnação no dia 03/01/2006, às 10:20 hs, ou seja, menos de 24 (vinte e quatro) horas antes da data fixada para o recebimento das propostas.

Neste caso, a impugnação é intempestiva, visto que fora formulada fora do prazo de 02 (dois) dias úteis, conforme disposto no artigo 41, § 2º da lei nº 8.666/93, bem como no item 7 da Cláusula XIV do Edital.

Entretanto, até pelo princípio da legalidade e transparência, que devem nortear os atos da Administração, passamos a análise das razões ali apostas.

Sustenta a impugnante, em apertada síntese, que a última alteração proferida na alínea “g”, do item 1, da Cláusula V, do Edital, que trata da garantia plena e sem ressalvas apresenta **“vícios e graves erros”**, o que segundo a impugnante: ***“torna-se inviável a participação ou os preços cotados deverão ter em seu custo todo risco, uma vez que não poderemos salvaguardar de raio, inundações, mau uso, etc”***.

Analisando a referida impugnação, passamos a tecer as seguintes considerações:

Na verdade, trata-se da aquisição de bens duráveis que em se tratando de produto de boa qualidade, o mesmo tem uma duração muito superior a 10 (dez) anos de uso, como já acontece com a maioria dos equipamentos desta municipalidade, onde existem casos de equipamentos sem nunca ter necessitado de chamado técnico.

Tal exigência foi implementada no sentido de se evitar que sejam cotados produtos de má qualidade, o que estaria em desacordo com o interesse público, mais precisamente no que se refere ao atendimento ao princípio da eficiência da Administração Pública, previsto no artigo 37, da Constituição Federal.

É evidente que nenhum fornecedor pode garantir um produto danificado por acidentes (quebra/batida), uso em desacordo com as normas do fabricante, fenômenos da natureza (raio, enchentes, etc).

Dessa forma, esclarecemos que a garantia plena e sem ressalvas estabelecida no Edital, refere-se a defeitos de fabricação, vícios de qualidade do material empregado e desgaste prematuro com o uso adequado do equipamento.

Diante do exposto, indefiro o pedido de impugnação do Edital de Pregão Presencial nº 40/2005, visto que as razões trazidas pela impugnante não encontram respaldo fático ou jurídico que possam invalidá-lo.

Pederneiras, 03 de janeiro de 2006.

IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA  
Prefeita Municipal